


DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Sumário

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO	2
EXTRATOS	3
LEI Nº 6107, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023	4
PORTARIA Nº 60/GAB, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023	13
ERRATA - FUSAM	15
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FUSAM	16
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FUSAM	17
EDITAL DE LICITAÇÃO - FUSAM	18
CONTRATOS - FUSAM	20
JULGAMENTO DO RECURSO - FUSAM	21

NOVEMBRO DE 2023
Diário Oficial

Edição nº 186/2023

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:

<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava

CNPJ: 45.189.305/0001-21

Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243

Telefone: (12) 3654-6600

Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava

CNPJ: 48.408.496/0001-63

Endereço: Praça da Bandeira, 151

Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)

CNPJ: 50.453.703/0001-43

Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450

Telefone: (12) 3654-8800

E-mail: comunicacao@fusam.com.br

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Concorrência Pública Nº 005/2022, Processo Interno nº 9013/2022

Tendo por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OUTROS: VARRIÇÃO, CAPINA, ROÇADA, PINTURA DE MEIO-FIO E SARJETAS, INSTALAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, EQUIPE COLETA MATERIAIS INSERVÍVEIS, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE MATERIAIS INSERVÍVEIS, COLETA SELETIVA; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e anexos. A Prefeita HOMOLOGA o objeto às empresas: **NOVA OPÇÃO SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA LTDA.**, o lote 01 no valor total de R\$ 19.286.035,92 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trinta e cinco reais e noventa e dois centos), **SILCON AMBIENTAL S/A**, o lote 02, no valor total de R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), conforme a proposta de preços apresentada e acostada aos autos.

Pregão Eletrônico nº 85/2023 – Processo Administrativo nº 3730/2023 – EXTRATO DE ATA – Contratante: Município de Caçapava. Contratada: GLAUBER TANNUS RAMOS EPP, CNPJ: 30.575.719/0001-11; Valor total até: R\$ 763.000,00; Data de assinatura: 19.10.2023; Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura; **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA.

Pregão Eletrônico nº 47/2023 – Processo Administrativo nº 3838/2023 – EXTRATO DE ATA – Contratante: Município de Caçapava. Contratada: AFM COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 36.630.690/0001-00; Valor total até: R\$ 312.800,00; Data de assinatura: 25.10.2023; Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura; **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA.

Pregão Eletrônico nº 86/2023 – Processo Administrativo nº 7848/2023 – EXTRATO DE ATA – Contratante: Município de Caçapava. Contratada: TMS COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA, CNPJ: 10.805.316/0001-04; Valor total até: R\$ 910.000,00; Data de assinatura: 20.10.2023; Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura; **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA.

LEI Nº 6107, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023**Projeto de Lei nº 92/2023**

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Cria o Programa Municipal de Restauração e Conservação Florestal e dá outras providências.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6107**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Esta Lei define conceitos, objetivos, diretrizes, ações e critérios para o Programa Municipal de Restauração e Conservação Florestal (PMRCF) e para o Cadastro Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (CMPSA) e, dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais e sobre a não incidência do Imposto sobre Serviços.

Art. 2º. Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I - Ecossistema: complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional;

II - Restauração ambiental: o processo pelo qual são promovidas intervenções, para a recomposição dos processos funcionais de determinado ecossistema degradado, de modo a retornar ao processo sucessional natural, conforme as condições edáficas e climáticas de determinado local;

III - Restauração florestal: processo de reconstrução gradual da floresta, que foi degradada ou

completamente destruída, em direção à integridade e sustentabilidade do ecossistema ao longo do tempo;

IV - Conservação florestal: manutenção das áreas de florestas nativas existentes, visando a continuidade dos processos naturais em direção à integridade e sustentabilidade do ecossistema ao longo do tempo;

V - Serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades:

- a. Serviços de provisão: os que fornecem bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, tais como água, alimentos, madeira, fibras e extratos, entre outros;
- b. Serviços de suporte: os que mantêm a perenidade da vida na Terra, tais como a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos, a produção, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar ultravioleta e a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético;
- c. Serviços de regulação: os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas;
- d. Serviços culturais: os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros;

VI - Serviços ambientais: atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos;

VII - Pagamento por serviços ambientais: transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

VIII - Pagador de serviços ambientais: poder público, organização da sociedade civil ou agente privado, pessoa física ou jurídica, de âmbito nacional ou internacional, que provê o pagamento dos serviços ambientais nos termos do inciso IV deste caput;

IX - Provedor de serviços ambientais: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ou grupo familiar ou comunitário que, preenchidos os critérios de elegibilidade, mantém, recupera ou melhora as condições ambientais dos ecossistemas.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO FLORESTAL (PMRCF)

Seção I

Dos Objetivos e das Diretrizes do PMRCF

Art. 3º Fica instituído o Programa Municipal de Restauração e Conservação Florestal (PMRCF), denominado **Programa “+ Floresta e Água”** no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

§ 1º O PMRCF tem os seguintes objetivos:

I - orientar a atuação do poder público, das organizações da sociedade civil e dos agentes privados em relação à restauração florestal, à conservação florestal e ao pagamento por serviços ambientais, de forma a manter, recuperar ou melhorar os serviços ecossistêmicos no Município de Caçapava;

II - estimular a restauração e a conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, do solo, da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado;

III - valorizar econômica, social e culturalmente os serviços ecossistêmicos;

IV - evitar a perda de vegetação nativa, a fragmentação de habitats, a desertificação e outros processos de degradação dos ecossistemas nativos e fomentar a conservação sistêmica da paisagem;

V - incentivar medidas para garantir a segurança hídrica;

VI - contribuir para a regulação do clima e a redução de emissões advindas de desmatamento e degradação florestal;

VII - reconhecer as iniciativas individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos, por meio de retribuição monetária ou não monetária, prestação de serviços ou outra forma de recompensa, como o fornecimento de produtos ou equipamentos;

VIII - contribuir para a manutenção da qualidade e para o saneamento dos corpos hídricos;

IX - fomentar o desenvolvimento sustentável.

§ 2º São diretrizes do PMRCF:

- I** - o atendimento aos princípios do provedor-recebedor e do usuário-pagador;
- II** - o reconhecimento de que a manutenção, a recuperação e a melhoria dos serviços ecossistêmicos contribuem para a qualidade de vida da população;
- III** - a utilização do pagamento por serviços ambientais como instrumento de promoção do desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural das populações em área rural e dos produtores rurais;
- IV** - a complementaridade do pagamento por serviços ambientais em relação aos instrumentos de comando e controle relacionados à conservação do meio ambiente;
- V** - a integração e a coordenação das políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, de agricultura, de energia, de transporte, de desenvolvimento urbano, entre outras, com vistas à manutenção, à recuperação ou à melhoria dos serviços ecossistêmicos;
- VI** - a publicidade, a transparência e o controle social nas relações entre o pagador e o provedor dos serviços ambientais prestados;
- VII** - a adequação do imóvel rural, periurbano e urbano à legislação ambiental;
- VIII** - o aprimoramento dos métodos de monitoramento, de verificação, de avaliação e de certificação dos serviços ambientais prestados;
- IX** - o resguardo da proporcionalidade no pagamento por serviços ambientais prestados.

§ 3º A contratação do pagamento por serviços ambientais no âmbito do PMRCF, priorizará a importância ecológica da área.

§ 4º Na execução do PMRCF, o órgão gestor poderá realizar parcerias com cooperativas, associações civis e outras formas associativas que permitam dar escala às ações a serem implementadas.

§ 5º São requisitos gerais para participação no PMRCF:

- I** - enquadramento em uma das ações definidas para o Programa;
- II** - nos imóveis privados, comprovação de uso ou ocupação regular do imóvel e, no caso de imóveis rurais, inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- III** - formalização de contrato específico;
- IV** - outros estabelecidos em regulamento.

§ 6º O contrato de pagamento por serviços ambientais pode ocorrer por termo de adesão, na forma de regulamento.

§ 7º No âmbito do PMRCF, o pagamento por serviços ambientais depende de verificação e comprovação das ações de restauração ambiental, restauração florestal, conservação florestal ou de saneamento de corpos hídricos da área objeto de contratação, conforme regulamento.

Seção II

Das Ações do PMRCF

Art. 4º. O PMRCF promoverá ações de:

- I** - conservação e restauração de ecossistemas no ambiente natural em áreas rurais, periurbanas e Áreas de Preservação Permanente (APP);
- II** - conservação e melhoria da quantidade e da qualidade da água, especialmente em bacias hidrográficas com cobertura vegetal importantes para o abastecimento humano e para a dessedentação animal ou em áreas sujeitas a risco de desastre;
- III** - recuperação e recomposição da cobertura vegetal nativa de áreas degradadas, por meio do plantio de espécies nativas ou por sistema agroflorestal;
- IV** - boas práticas agrícolas e ambientais, agroflorestais e agrossilvopastoris que contribuam para conservação do solo, da água e da biodiversidade.

Seção III

Dos Critérios de Aplicação do PMRCF

Art. 5º. Podem ser objeto do PMRCF:

- I** - áreas cobertas com vegetação nativa;
- II** - áreas sujeitas a restauração ecossistêmica, a recuperação da cobertura vegetal nativa ou a plantio agroflorestal;
- III** - unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável;
- IV** - paisagens de grande beleza cênica, prioritariamente em áreas especiais de interesse turístico;
- V** - Áreas prioritárias para conservação indicadas pelo Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado.

Art. 6º. Em relação aos imóveis privados, são elegíveis para provimento de serviços ambientais:

- I** - os situados em zona rural inscritos no CAR, previsto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
- II** - os situados em zona periurbana que estejam em conformidade com o Plano Diretor;
- III** - Unidades de Conservação, áreas das zonas de amortecimento e corredores ecológicos cobertas por vegetação nativa, nos termos da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Parágrafo único. As Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outras sob limitação administrativa, nos termos da legislação ambiental, serão elegíveis para pagamento por serviços ambientais com uso de recursos públicos, conforme regulamento. Poderão ter preferência aquelas localizadas em bacias hidrográficas consideradas prioritárias para o abastecimento público de água, assim definidas pelo órgão competente, ou em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.

Art. 7º. É vedada a aplicação de recursos públicos para pagamento por serviços ambientais:

- I** - a pessoas físicas e jurídicas inadimplentes em relação a termo de ajustamento de conduta ou de compromisso firmado com os órgãos competentes com base nas Leis Federais 7.347, de 24 de julho de 1985, e 12.651, de 25 de maio de 2012;

II - referente a áreas embargadas pelos órgãos do Sisnama, conforme disposições da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Seção IV

Do Contrato de Pagamento por Serviços Ambientais

Art. 8º. O regulamento definirá as cláusulas essenciais para cada tipo de contrato de pagamento por serviços ambientais, consideradas obrigatórias aquelas relativas:

I - aos direitos e às obrigações do provedor, incluídas as ações de manutenção, de recuperação e de melhoria ambiental do ecossistema por ele assumidas e os critérios e os indicadores da qualidade dos serviços ambientais prestados;

II - aos direitos e às obrigações do pagador, incluídos as formas, as condições e os prazos de realização da fiscalização e do monitoramento;

III - às condições de acesso, pelo poder público, à área objeto do contrato e aos dados relativos às ações de manutenção, de recuperação e de melhoria ambiental assumidas pelo provedor, em condições previamente pactuadas e respeitados os limites do sigilo legal ou constitucionalmente previsto.

Art. 9º. Os contratos de pagamento por serviços ambientais que envolvam recursos públicos ou que sejam objeto dos incentivos tributários estarão sujeitos à fiscalização pelos órgãos competentes do poder público.

Parágrafo único. Os serviços ambientais prestados podem ser submetidos à validação ou à certificação por entidade técnico-científica independente, na forma do regulamento.

Seção V

Da Governança

Art. 10. O PMRCF contará com uma instância gestora do projeto (IGP), com atribuição de:

I - acompanhar a execução do PMRCF;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, na resolução de conflitos relacionados à execução do PMRCF;

III - propor prioridades e critérios de aplicação dos recursos do PMRCF;

IV - monitorar a conformidade dos investimentos realizados pelo PMRCF com os objetivos e as diretrizes da PMRCF, bem como propor os ajustes necessários à implementação do Programa;

V - avaliar, periodicamente, o PMRCF e sugerir as adequações necessárias ao Programa;

VI - manifestar-se, anualmente, sobre o plano de aplicação de recursos do PMRCF e sobre os critérios de métrica de valoração, de validação, de monitoramento, de verificação e de certificação dos serviços ambientais utilizados pelos órgãos competentes.

§ 1º A IGP será composta por representantes de instituições públicas e privadas, comprometidas com o desenvolvimento do PMRCF e será presidido pelo titular do órgão municipal que tem por atribuição o desenvolvimento da política ambiental ou por quem ele indicar.

§ 2º As instituições que fundarão a IGP serão definidas em regulamento e posteriormente poderão deliberar pela participação de novos membros segundo demonstração de interesse enviada à IGP

§ 3º A participação na IGP é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 4º O funcionamento da IGP será regulado por seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DO CADASTRO MUNICIPAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (CMPSA)

Art. 11. Fica instituído o Cadastro Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (CMPSA), mantido pelo órgão municipal que tem por atribuição o desenvolvimento da política ambiental, que conterà, no mínimo, os contratos de pagamento por serviços ambientais realizados que envolvam agentes públicos e privados, as áreas potenciais e os respectivos serviços ambientais prestados e as metodologias e os dados que fundamentaram a valoração dos ativos ambientais, bem como as informações sobre os planos, programas e projetos que integram o PMPSA.

Parágrafo único. São objetivos do CMPSA:

I - incentivar a criação de um mercado de serviços ambientais;

II - estabelecer mecanismos de gestão de dados e informações necessários à implantação e ao monitoramento de ações para a plena execução dos serviços ambientais.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS E INCENTIVOS

Seção I

Dos Recursos Financeiros

Art. 12. Os recursos financeiros para a implementação do PMRCF poderão vir das seguintes fontes:

I - recursos da cobrança pelo uso da água, destinados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica;

II - recursos da tarifa dos serviços de saneamento básico;

III - recursos oriundos da análise de processo de licenciamento municipal;

IV - editais de apoio a projetos socioambientais;

V - multas impostas a infratores da legislação ambiental;

VI - doações, empréstimos e transferências de instituições nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;

VII - doações de pagadores por serviços ambientais, efetuadas com a finalidade específica de remunerar serviços ambientais de que se beneficiem;

VIII - remuneração oriunda da fixação e sequestro de carbono;

IX - dotação orçamentária do Estado destinado para o Programa;

X - recursos oriundos do ICMS Ecológico;

XI - recursos oriundos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal nº 4.814/2009;

XII - Royalties de diversas fontes que incidem sobre o território municipal;

XIII - outras fontes ou fundos a serem criados ou já existentes para tal finalidade.

Seção II

Dos Incentivos

Art. 13. O Imposto Sobre Serviços (ISS) não incide sobre os serviços ecossistêmicos e ambientais de que trata esta Lei, no âmbito territorial do município.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, o Município poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas.

Art. 15. As obrigações constantes de contratos de pagamento por serviços ambientais, quando se referirem à conservação ou restauração da vegetação nativa em imóveis particulares, ou mesmo à adoção ou manutenção de determinadas práticas agrícolas, agroflorestais ou agrossilvopastoris, têm natureza *propter rem* e devem ser cumpridas pelo adquirente do imóvel nas condições estabelecidas contratualmente.

Art. 16. Caso haja venda da propriedade durante a vigência do contrato, o proprietário atual deve informar ao Órgão Municipal ambiental sobre a venda do mesmo, bem como indicar o novo proprietário do imóvel, além de obrigatoriamente realizar a comunicação ao novo proprietário sobre suas responsabilidades, ou a rescisão contratual com o programa.

Art. 17. A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, por meio do Departamento de Meio Ambiente (DMA) elaborará normas necessárias para a implementação do PMRCF e o poder executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 31 de outubro de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 60/GAB, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Altera a Portaria nº 97/GAB, de 17 de novembro de 2022 que nomeia os membros do Conselho Municipal de Cultura.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas d), e), f), g), h) e j) do Art. 1º da Portaria nº 97/GAB, de 17 de novembro de 2022 que nomeia os membros do Conselho Municipal de Cultura, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

II - Sociedade Civil:

d) Representante do segmento de Arte Urbana:

Titular: Simone Varela

Suplente: Danilo de Oliveira Costa

e) Representante do segmento de Audiovisual:

Titular:

Suplente: Paulo Anderson Veríssimo

f) Representante do segmento de Música:

Titular:

Suplente: Vinícius Rodrigues de Oliveira Gonçalves

g) Representante do segmento de Comunidades Tradicionais ou de Cultura Popular:

Titular:

Suplente: Rosane Rezende Leandro

h) Representante do segmento de Literatura:

Titular: Brasilino Alves de Oliveira Neto

Suplente: Luiz Eduardo Corrêa Lima

j) Representante do segmento de Artesanato:

Titular: Ana Paula dos Santos Amaro

Suplente:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 31 de outubro de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**CNPJ: 50.453.703/0001-43****ERRATA**

Faz constar nos autos que por ledô engano foi publicado errado a Homologação do Processo n.º 141/2022 Pregão nº039/2022, na data de 11/08/2022, no Diário Oficial do Município, que ora se regulariza, onde se lê:

A FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, através de seu Presidente, Senhor Fernando Luiz Pirino Zanetti, HOMOLOGA o Processo nº 141/2022 – Pregão nº. 039/2022, SRP nº 026/2022, ADJUDICANDO o objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de OPME – Orteses, Próteses e Materiais Especiais de Urologia em Sistema de Consignação a empresa Promedon do Brasil Produtos Médico Hospitalares Ltda– vencedora dos itens: 01 ao 19 - no valor global de **R\$ 346.070,00** tendo em vista a classificação apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, conforme grade de preços acostada aos autos do Processo Administrativo em epígrafe. Caçapava, 11/08/2022.

Leia- se:

A FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, através de seu Presidente, Senhor Fernando Luiz Pirino Zanetti, HOMOLOGA o Processo nº 141/2022 – Pregão nº. 039/2022, SRP nº 026/2022, ADJUDICANDO o objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de OPME – Orteses, Próteses e Materiais Especiais de Urologia em Sistema de Consignação a empresa Promedon do Brasil Produtos Médico Hospitalares Ltda– vencedora dos itens: 01 ao 19 - no valor global de **R\$ 343.070,00** tendo em vista a classificação apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, conforme grade de preços acostada aos autos do Processo Administrativo em epígrafe. Caçapava, 11/08/2022.

Janaina Rezende Azevedo Gomes Matias – Presidente da FUSAM. 01/11/2023 Caçapava/SP.

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO N.º 219/2023 DISPENSA N.º 148/2023**

A **FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**, em conformidade com o **art. 75, inciso II, C/C § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar **Aquisição de Material de Informática - Nobreak**.

JUSTIFICATIVA: Devido as fortes chuvas com raios, conforme o relatório do técnico do PABX, o NOBREAK foi atingido e danificado, requer assim a compra de um novo aparelho para o correto funcionamento do sistema PABX.

Cabe ressaltar ainda que, o valor também atende aos ditames legais do Artigo 75, inciso II, da Lei N.º14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Recurso: Fonte 01 – Classificação Econômica 44.90.52.00 – Despesa 191

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas a CPL até **às 23h59min. do dia 08/11/2023**. Os interessados em apresentar proposta, entrar em contato com o setor de compras, através do e-mail: supervisão.compras@fusam.com.br

Valor estimado do serviço é de R\$ 2.333,00 (Dois mil trezentos e trinta e três reais).

Caçapava, 01 de Novembro de 2023.

Janaina Rezende Azevedo Gomes Matias

Presidente da FUSAM

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO N.º 218/2023 DISPENSA N.º 147/2023**

A **FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**, em conformidade com o **art. 75, inciso II, C/C § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar **Aquisição de Material de Segurança – Esguicho Regulável Storz e Chave Storz**.

JUSTIFICATIVA: O objetivo principal é a aquisição de equipamentos de combate a incêndio (esguicho regulável 2.1/2” e chave storz 2.1/2” x 1.1/2 em alumínio) para suprir as necessidades da Instituição e atender as exigências de Instrução Técnica de Norma Regulamentadora ABNT/NBR 13714/2000 e 14349/1999.

Cabe ressaltar ainda que, o valor também atende aos ditames legais do Artigo 75, inciso II, da Lei N.º14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Recurso: Fonte 01 – Classificação Econômica 33.90.30.00 – Despesa 171

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas a CPL até **às 23h59min. do dia 08/11/2023**. Os interessados em apresentar proposta, entrar em contato com o setor de compras, através do e-mail: supervisão.compras@fusam.com.br

Valor estimado do serviço é de R\$ 585,00 (Quinhentos e oitenta e cinco reais).

Caçapava, 01 de Novembro de 2023.

Janaina Rezende Azevedo Gomes Matias

Presidente da FUSAM

FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

CNPJ: 50.453.703/0001-43

EDITAL DE LICITAÇÃO

Levamos ao conhecimento dos interessados que se encontra aberta as seguintes modalidades:

Processo nº. 198/2023 - Pregão Eletrônico nº. 005/2023 – Objeto – Registro de Preços para eventual Aquisição de EPI - Equipamento de Proteção Individual- Abertura da Sessão será realizada através do site www.novobbmnet.com.br no dia 21/11/2023 às 09h30min;

Processo nº. 200/2023 - Pregão Eletrônico nº. 007/2023 – Objeto – Registro de Preços para eventual Aquisição de Papel Grau Cirúrgico com Comodato de Seladora Térmica- Abertura da Sessão será realizada através do site www.novobbmnet.com.br no dia 21/11/2023 às 09h30min;

Processo nº. 216/2023 - Pregão Eletrônico nº. 015/2023 – Objeto – Registro de Preços para eventual Aquisição de Cadeiras Ergonômicas- Abertura da Sessão será realizada através do site www.novobbmnet.com.br no dia 21/11/2023 às 09h30min;

Processo nº. 199/2023 - Pregão Eletrônico nº. 006/2023 – Objeto – Registro de Preços para eventual Aquisição de Soro e Soluções - Abertura da Sessão será realizada através do site www.novobbmnet.com.br no dia 22/11/2023 às 09h30min;

Processo nº. 215/2023 - Pregão Eletrônico nº. 014/2023 – Objeto –

**Registro de Preços para eventual Aquisição de Medicamentos V-
Abertura da Sessão será realizada através do
site www.novobbmnet.com.br no dia 22/11/2023 às 09h30min;**

**Processo nº. 182/2023 - Pregão Eletrônico nº. 001/2023 – Objeto –
Registro de Preços para eventual Aquisição de Medicamentos -
Alteplase- Abertura da Sessão será realizada através do
site www.novobbmnet.com.br no dia 22/11/2023 às 13h30min;**

**Processo nº. 211/2023 - Pregão Eletrônico nº.013/2023 – Objeto –
Registro de Preços para eventual Aquisição de Material Hospitalar V-
Abertura da Sessão será realizada através do
site www.novobbmnet.com.br no dia 23/11/2023 às 09h30min;**

**Editais completos estão disponíveis nos
sites: www.fusam.com.br e www.novobbmnet.com.br Caçapava, 01/11/2023
Rezende Azevedo Gomes Matias – Presidente da FUSAM.**

FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**CNPJ: 50.453.703/0001-43****CONTRATO**

A **FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**, através da sua Presidente, Janaina Rezende Azevedo Gomes Matias, comunica que firmou os seguintes contratos:

Processo nº. 152/2023 – Pregão Presencial nº 041/2023 - Objeto: **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos na Especialidade e Pediatria na Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - FUSAM** - Contrato nº. **013/2023** - Contratada: **Hera Serviços Médicos Ltda** – no valor total de **R\$ 3.974.400,00** - Início: 30/09/2023 - Término: 29/09/2024;

Processo nº. 212/2023 – Dispensa de Licitação nº 143/2023- Objeto: **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Clínica Médica e Pronto Socorro Adulto na Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - FUSAM** – Contrato nº014/2023 – Contratada: **Hera Serviços Médicos Ltda** – no valor total de **R\$ 361.218,00** - Início: 10/10/2023 - Término: 09/11/2023;

Processo nº 213/2023 – Dispensa de Licitação nº 144/2023– Objeto: **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Médicos de Anestesiologia na Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - FUSAM** – Contrato nº 015/2023 – Contratada: **Seanesc Serviços de Anestesiologia de Caçapava Ltda** – no valor total de R\$ 95.207,50 – Início: 22/10/2023 – Término: 21/11/2023;

Processo nº 214/2023 – Dispensa de Licitação nº 145/2023 – Objeto: **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos na Especialidade de Cirurgia Geral na Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - FUSAM** – Contrato nº 016/2023 - Contratada: **Hera Serviços Médicos Ltda** – no valor total de R\$ 138.155,00 – Início: 22/10/2023 – Término: 21/11/2023 – Janaina Rezende Azevedo Gomes Matias – Presidente da FUSAM.

A FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**CNPJ: 50.453.703/0001-43****JULGAMENTO DO RECURSO**

Por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações e em conformidade com o Presidente da Fusam – Sr. Janaina Rezende Azevedo Gomes Matias comunica a **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO** interposto pela empresa Bruno Paiva Araújo Engenharia – EPP, referente ao **Processo nº. 193/2023- Pregão Eletrônico nº. 004/2023** – Objeto – **Contratação de Empresa para fornecimento de equipamentos com instalação para implementação completa do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) externo, com dispositivo de ionização (captors PDI), não radioativo, com proteção de nível II** Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava – FUSAM, conforme Anexo I – Termo de Referência e **Especificação do Objeto**, por entender que as alegações apresentadas não são hábeis a reformar a decisão da Pregoeira, e externa seu entendimento no sentido de manter a classificação da empresa PDA Para Raios Ltda conforme Ata de julgamento de recurso anexa nos autos do processo em epigrafe. Caçapava, 01/11/2023.